

## **Anexo III – Referências**

### **Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** A Efetividade do Processo como Direito Fundamental

**Professores:** Manuel Galdino da Paixão Júnior e Fernando Gonzaga Jayme

#### **Referências Temáticas:**

1. Teoria geral do processo: fundamentos e perspectivas acadêmicas
2. Jurisdição
3. Teoria definidora da natureza jurídica da ação
4. Natureza jurídica do processo
5. Processos de conhecimentos, cautelas e execução
6. Partes e causa de pedir
7. Teoria da prova
8. Teoria dos recursos
9. Sentença e coisa julgada
10. Execução de sentença

## **Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** Tutela diferenciada dos direitos individuais e coletivos

**Professores:** Humberto Theodoro Júnior, Juliana Cordeiro de Faria e José Marcos Rodrigues Vieira

### **Referências Temáticas:**

#### **1. DIREITO E PROCESSO**

- Bibliografia:

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Direito e processo: influencia do direito material sobre o processo. 3.ed. Sao Paulo: Malheiros, 2003.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Direito e processo. In: DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, v. I.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direito e processo: aprimoramento e modernização do direito processual. Rio de Janeiro: AIDE, 1997.

#### **2. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SEUS NOVOS RUMOS: EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.**

- Bibliografia:

GRECO, Leonardo. A teoria da ação no processo civil. São Paulo: Dialética, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Novos rumos do direito processual civil: efetividade da jurisdição e classificação das ações

- Ação executiva lato sensu - Tutela de urgência. Revista Dialética de Direito Processual, nº 26, p. 20/63, maio/2005.

#### **3. A EVOLUÇÃO DA TUTELA COLETIVA NO DIREITO BRASILEIRO**

- Bibliografia:

MANCUSO, Rodolfo Camargo. A normação brasileira sobre processo coletivo. In: MANCUSO, Rodolfo Camargo. Jurisdição coletiva e coisa julgada. São Paulo: RT, 2006.

#### **4. TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS**

- Bibliografia:

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: RT, 2006.

#### **5. TUTELAS DE URGÊNCIA**

- Bibliografia:

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência: (tentativa de sistematização). 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.

THEODORO JUNIOR, Humberto. As liminares e a tutela de urgência. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda (Coord.). Inovações sobre o direito processual civil: tutelas de urgência. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 239-268.

#### **6. GARANTIA DO PROCESSO JUSTO E TUTELA JURISDICIONAL EM TEMPO RAZOÁVEL**

- Bibliografia:

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Aceleração dos procedimentos. In: DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, v. II.

#### **7. O JUIZ E A INICIATIVA DA PROVA**

- Bibliografia:

BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Poderes instrutórios do juiz. 3.ed. São Paulo: RT, 2001.

CARNELUTTI, Francesco. A prova civil: parte geral: conceito jurídico da prova. São Paulo: LEUD, 2003.

#### **8. A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA**

- Bibliografia:

CAMBI, Eduardo. A prova civil. São Paulo: RT, 2006.

DALL'AGNOL JÚNIOR, Antonio Janyr. Distinção dinâmica dos ônus probatórios. Revista dos Tribunais, v. 788, p. 92-107, junho/2001.

SEBASTIÃO, Jurandir. Responsabilidade médica civil, criminal e ética. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

#### **9. EXECUÇÃO FORÇADA E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**

- Bibliografia:

CARNEIRO, Athos Gusmão. Cumprimento da sentença civil. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Novas reformas do Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Aspectos polêmicos da nova execução. São Paulo: RT, 2006.

#### **10. TUTELA JURISDICIONAL RESSARCITÓRIA E TUTELA INIBITÓRIA**

- Bibliografia:

MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica processual e tutela dos direitos. São Paulo: RT, 2004.

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

**Projeto Individual ou Coletivo de Pesquisa:** As instituições de processo penal e o seu condicionamento político e social na História do Brasil

**Professores:** Sérgio Luiz Souza Araújo e Daniela de Freitas Marques

**Referências Temáticas:**

1. Fontes e evolução legislativa do Direito Processual Penal brasileiro;
2. Sistemas processuais;
3. O Processo Penal como procedimento em contraditório;
4. Origem e características do inquérito policial;
5. Os princípios políticos e jurídicos do Processo Penal;
6. A evolução científica do Direito Processual Penal;
7. Processo e procedimento. A finalidade do Processo Penal
8. História, estrutura e funcionamento do Tribunal do Santo Ofício;
9. Jurisdição penal;
10. Ação penal.

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** O Processo Coletivo

**Professora:** Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau

**Referências Temáticas:**

1. Principais ações coletivas no Direito Brasileiro e seus objetos
2. Teoria Geral dos Processos Coletivos
3. Evolução histórica dos processos Coletivos no Direito Constitucional Brasileiro
4. O objeto material do Direito Processual coletivo comum
5. Aspectos controvertidos da Legitimação Ativa e Passiva nos Processos coletivos Brasileiros
6. Aspectos controvertidos da competência nos Processos Coletivos Brasileiros
7. A coisa julgada nos Processos Coletivos
8. Elementos de identificação das Ações Coletivas e os institutos da Conexão, continência e litispendência
9. A atuação conjunta dos Ministérios Públicos nas Ações coletivas
10. O anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos e a Prática atual

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Tendências atuais da Administração Pública: participação, consensualidade e controle.

**Professores:** Florivaldo Dutra de Araújo, Vicente de Paula Mendes, Luciano de Araújo Ferraz e Fabiana de Menezes Soares

**Referências Temáticas:**

**1. PROPEDÊUTICA E PRINCIOLOGIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, natureza e fins. Administração Pública como organização e como atividade. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil. 1.2. DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil. 1.3. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: Relação Jurídico-Administrativa. Princípios constitucionais do Direito Administrativo.

**2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR:** 2.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa. 2.2. ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR: Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão.

**3. ATO ADMINISTRATIVO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** 3.1. ATO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade. 3.2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.

**4. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO:** 4.1. LICITAÇÃO: Conceito, finalidades, princípios, modalidades, procedimento licitatório, anulação e revogação, recursos Administrativos. 4.2. CONTRATO ADMINISTRATIVO: Conceito, características, modalidades, extinção. 4.3. CONVÊNIOS: Conceito, características. Distinção entre convênios e contratos. 4.4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS: Conceito, características, formação, objetivos.

**5. SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:** 5.1. Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Direitos dos usuários. 5.2. Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão. 5.3. Parcerias público-privadas.

**6. AGENTES PÚBLICOS:** Espécies. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores. Responsabilidade do agente público.

**7. DOMÍNIO PÚBLICO:** Classificação dos bens públicos. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.

**8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA:** Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

**9. DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS E OBRIGAÇÕES PÚBLICAS:** 9.1. DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS: Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimento ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. 9.2. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO. Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais. 9.3. OBRIGAÇÕES PÚBLICAS: Conceito. Fontes. Execução voluntária. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa; controle jurisdicional.

**10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Conceito, abrangência, controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão.

SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA MÍNIMA (preferencialmente as edições mais recentes)

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e Controle do Ato Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e Outras Formas. São Paulo: Atlas.

FERRAZ, Luciano, MOTTA, Fabrício (org.). Direito Público Moderno: Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

LIMA, Sérgio Mourão Correa (org.). Temas de Direito Administrativo: Estudos em Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho. Rio de Janeiro: Forense.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo, Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. São Paulo: Saraiva (ou Rio:Forense).

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Individual/Coletivo de de Pesquisa:** Da Educação em Direitos Humanos como Instrumento de Participação Política

**Professora:** Adriana Campos Silva

**Referências Temáticas:**

- 1 - A idéia de justiça política : eficácia jurídica do princípio democrático
- 2 - Dos direitos e garantias políticas : distinção entre direito fundamental e garantia institucional
- 3 - Participação política como liberdade fundamental : o Estado da Justiça
- 4 - Da Educação em Direitos Humanos face a natureza das liberdades públicas
- 5 - Direitos Humanos e Liberdades Públicas : alcance e limites
- 6 - Partidos Políticos
- 7 - Sistema Representativo
- 8 - Sistemas Eleitorais
- 9 - Justiça Eleitoral : da legitimação por procedimento
- 10- Análise da Lei 9.504/97

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Teoria Geral do Delito

**Professores:** Sheila Jorge Selim de Sales

**Referências Temáticas:**

1. Dos conceitos de crime. Do Conceito analítico do Crime
2. Do Dolo. Da Culpa.
3. Do erro no Direito Penal
4. Das Penas
5. Princípios Constitucionais e Direito Penal
6. Dos Pressupostos Processuais
7. Da Relação Processual
8. Da Ação Penal
9. Das Nulidades
10. Do Concurso de Pessoas

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Teoria Geral do Delito

**Projeto de Pesquisa Individual:** Direito Penal Especial: uma leitura sob o enfoque dos princípios constitucionais penais

**Professor:** Luiz Augusto Sanzo Brodt

**Referências Temáticas:**

1. Princípios Constitucionais Penais.
2. A ordem econômica na Constituição Federal.
3. Direito Penal Econômico: Conceito.Autonomia.Princípios.
4. Delitos contra o Sistema Financeiro Nacional(Lei nº 7492/1986).
5. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.Admissibilidade na ordem jurídica nacional e no direito comparado.
6. Delitos contra a ordem tributária e delitos de contrabando e descaminho(Lei nº 8137/1990 e Código Penal-art.334)
7. Crimes falimentares.
8. Crimes contra o abuso do Poder Econômico(Lei 8.137/90).Crimes contra a economia popular(Lei nº 1521/51)
9. Crimes organizados(Lei nº 9034/95)
10. Crimes contra a lavagem e ocultação de bens(Lei nº 9.613/98)

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Evolução e tendências das limitações ao poder de tributar

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** Teoria Geral do Direito Tributário: Segurança e Proteção da Confiança

**Professora:** Misabel de Abreu Machado Derzi e Werther Botelho Spagnol

**Referências Temáticas:**

1. Os princípios ordenadores do sistema tributário nacional: Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional.
2. Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário.
3. A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a conseqüência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios.
4. Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.
5. As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar. O papel das leis complementares. Evolução e interpretação.
6. Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.
7. A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé.
8. O conceito de tributo e as grandes espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.
9. O Procedimento Administrativo e o devido processo legal.
10. A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.



**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** As transformações do Direito material e processual do Trabalho exigidas pelo Pós-Moderno

**Professores:** Antônio Álvares da Silva e Gabriela Neves Delgado

**Referências Temáticas:**

1. Direito ao trabalho.
2. Flexibilização das relações de trabalho.
3. Relação de emprego e relações de trabalho.
4. Representação e participação do empregado na empresa.
5. Contratos de trabalho e sua regulação jurídica.
6. Direito de greve.
7. Negociação coletiva de trabalho.
8. Sindicatos: fundamentos e tendências.
9. Reforma da Justiça do Trabalho.
10. Tendências e perspectivas do Processo do Trabalho.

**Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA**

**Projeto Estruturante:** A expressão da liberdade no Direito Privado

**Professores:** João Baptista Villela

**Referências Temáticas:**

1. A codificação do direito civil está em crise? Perspectiva mundial e nacional
2. Possibilidades e riscos da análise econômica para o direito civil
3. Os não-nascidos no cenário do direito civil: problemas e propostas
4. Direitos da personalidade: natureza, história e futuro
5. Patrimônio de afetação
6. Fundamento da liberdade de contratar e de não contratar
7. Função social do contrato: ambigüidades, acertos e equívocos
8. A propriedade fiduciária no novo Código Civil e o mandato sem representação
9. Autonomia *versus* estatização no direito de família
10. Direito das sucessões hoje: a dialética entre liberdade individual e limites sociais

**Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA**

**Projeto Estruturante:** Novos Desafios da Organização Empresarial

**Professores:** Osmar Brina Corrêa Lima e Moema Augusta de Castro

**Referências Temáticas:**

1. Do Direito Comercial ao Direito Empresarial: panorama histórico e perspectivas.
2. Fundamentos e diretrizes constitucionais para o Direito de Empresas.
3. Filosofia e princípios do Código Civil para o Direito de Empresas.
4. Mercados organizados para a atividade empresarial: estruturação jurídica e agentes.
5. Empresário individual.
6. Sociedade anônima.
7. Sociedade limitada.
8. Contratos empresariais.
9. Títulos de crédito.
10. Propriedade industrial.
11. Falência.
12. Recuperação da empresa em crise.



## **Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA**

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** O regime de economia de mercado estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil, como instrumento de garantia da liberdade tanto nas relações pessoais quanto nas relações empresariais

**Professor:** João Bosco Leopoldino da Fonseca

### **Referências Temáticas:**

#### MESTRADO EM DIREITO ECONÔMICO

1. O Direito Econômico no contexto das disciplinas jurídicas. Suas características. Direito Econômico e Direito da Economia. Princípios informadores da elaboração das normas de Direito Econômico e de sua aplicação. Perspectivas microeconômica e macroeconômica. A inter-relação com a Ciência Econômica: conceitos de Microeconomia. Princípios de Direito Econômico.
2. Evolução do Direito Econômico – Intervenção regulativa – Intervenção ativa – Implantação do contexto de mercado: contexto constitucional atual: regulação e concorrência. A perspectiva da globalização e os novos direcionamentos do Direito Econômico.
3. Ordem econômica constitucional. Conceito de Constituição Econômica. Evolução do conteúdo. Sua repercussão sobre o estudo e sobre a normatização do Direito Econômico. Princípios constitucionais que regem a atividade econômica.
4. A empresa e o Estado como sujeitos de Direito Econômico. Grupos econômicos. Joint ventures. Formas modernas de contratação empresarial: franchising, engineering, etc. A concentração de empresas como fenômeno atual. O novo papel do Estado: Regulação e Controle da concorrência. As agências reguladoras: análise crítica. A parceria público privada na ótica do Direito Econômico. A nova lei de falências e sua visualização pelo Direito Econômico. A política econômica de criação e promoção da pequena, média e microempresa.
5. A proteção ambiental, como princípio integrante da ordem econômica: recursos naturais, sua preservação. Papel do Estado e da Empresa. As grandes questões ambientais da atualidade: globalidade e interdependência. As origens da crise ambiental e as transformações político-econômicas do capitalismo no século XX. O enfoque econômico da questão ambiental: o problema das falhas de mercado. A economia do meio ambiente e os mecanismos para a correção das externalidades ambientais negativas. A regulamentação da política ambiental no Brasil.
6. A ordem econômica internacional e sua repercussão nas decisões de política econômica interna. Principais documentos integrantes da ordem econômica internacional, seu conteúdo e sua influência no Direito Econômico brasileiro. Direito em crise: Fim do Estado Moderno. A reestruturação global e o Direito.
7. Os tratados econômicos regionais. Sua importância. Principais tratados e sua relação com o Direito brasileiro. O Mercosul: principais documentos constitutivos e regulativos. Evolução progressiva e crises. Abordagem comparativa com o tratado instituidor da União Européia.
8. Planejamento econômico. Sua visão do ponto de vista liberal. A perspectiva do Estado dirigente da economia. Contexto constitucional atual. Papel regulatório-programador das Agências Reguladoras em cada setor. Visão de conjunto. Histórica do Planejamento no Brasil: análise crítica. O planejamento atual no Brasil. Conflito ou convergência entre economia de mercado e planejamento.
9. A proteção do consumidor como um dos princípios informadores da ordem econômica brasileira. O mercado e a inserção do consumidor. Economia de mercado, globalização e política econômica de defesa do consumidor.
10. O Direito econômico e os instrumentos modernos de circulação e distribuição da riqueza. Os organismos financiadores, reguladores e controladores. Seu papel no direcionamento da economia brasileira. A política econômica direcionada a regular o mercado e a eliminar as desigualdades sociais e regionais.

#### DOUTORADO EM DIREITO ECONÔMICO

1. As relações de mercado e a atuação do Estado. Aspectos diacrônico e sincrônico. As relações entre o Direito e a Economia no âmbito de regulação do mercado.

2. A Constituição Econômica e a Ordem Jurídica Comunitária. União Européia, Nafta, Alca e Mercosul. Influência destes organismos econômicos internacionais na tomada de decisões de política econômica brasileira. O relacionamento futuro entre estes organismos e a atuação do Brasil no Mercosul.
3. A organização privada do mercado. A empresa na realidade jurídica brasileira e internacional. A função social da empresa. Aspectos econômicos e jurídicos da empresa. O contexto da globalização. Os chamados agrupamentos europeus de interesse econômico.
4. A política econômica de regulação dos preços. Determinação dos preços. Abusividade na sua fixação. Conceito de abuso de posição dominante: jurisprudência e doutrina internacionais. O preço como instrumento de atuação no mercado. Preços base e preços teto. O “dumping” no mercado interno e externo. O “dumping” como instrumento de proteção e desenvolvimento. Sua visão no G.A.T.T. e na O.M.C.
5. A política econômica de regulamentação do Sistema Financeiro. Aspectos históricos dessa regulamentação no Brasil. Problemas atuais: o Banco Central do Brasil. Órgão regulador ou órgãos controlador da concorrência bancária. Visão do Banco Central. Visão do C.A.D.E. Visão do problema no contexto internacional.
6. A política econômica de proteção do meio ambiente. Surgimento e evolução do questionamento sobre regulamentação jurídica. Aspectos econômicos e jurídicos. Conceituação do chamado desenvolvimento sustentável. Origem e conteúdo desta idéia. Os movimentos internacionais de defesa do meio ambiente.
7. A política econômica do desenvolvimento. A soberania econômica dos países em desenvolvimento. Nacionalizações e desenvolvimento. Regulamentação dos investimentos privados estrangeiros e das empresas transnacionais. As joint ventures e outras formas de associação contratual. O patrimônio comum da humanidade e o desenvolvimento. As transferências de conhecimento (cooperação técnica entre os países). Transferências de tecnologia. Os aportes de capitais (as ajudas: FMI, BIRD e outros). As trocas: o comércio internacional e o desenvolvimento.
8. A política econômica de proteção do consumidor. Surgimento do questionamento jurídico. Aspectos dessa proteção na União Européia, nos Estados Unidos, no Canadá e Mercosul. Os princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Análise crítica do Protocolo de Fortaleza. Confronto entre harmonização e uniformização.
9. A política econômica de regulamentação da concorrência. Aspectos históricos. A atuação da SDE e do CADE. A atuação do poder judiciário. Princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Conceituação de infração à ordem econômica. A admissibilidade dos atos de concentração. Análise crítica da proposta de reforma dos órgãos de defesa da concorrência e do consumidor: a proposta de criação de agência ou de tribunal.
10. A política econômica de controle da qualidade e da informação. Sua influência na política de proteção do mercado, do consumidor e do meio ambiente. A boa-fé e a lealdade nas relações de mercado.

### **Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA**

**Projeto Estruturante:** Matrizes fundantes do Pensamento Jurídico

**Projeto Estruturante:** Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

**Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa:**

Justiça: teoria e realidade

Direito, Cultura e Civilizações

Hermenêutica e Constituição

**Professores:** Joaquim Carlos Salgado, José Luiz Borges Horta, Arthur José Almeida Diniz, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Iara Menezes Lima, Maria Helena Damasceno e Silva Megale, Maria Aparecida Brochado,

#### **Referências Temáticas:**

1. Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
2. Direito e valor.
3. Direito e coerção.
4. Direito e liberdade.
5. Direitos fundamentais.
6. Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
7. História do direito romano público e privado.
8. O problema da justiça no Idealismo Alemão.
9. Evolução ética do Estado de Direito.
10. Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.

### **Linha de Pesquisa: Direito, Razão e História**

**Projeto Estruturante:** Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

**Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa:**

Ciência do Direito: métodos, dinâmica e ação

**Professores:** Mônica Sette Lopes e Miracy Barbosa de Sousa Gustin

#### **Referências Temáticas:**

1. Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
2. Direito e valor.
3. Direito e coerção.
4. Direito e liberdade.
5. Direitos fundamentais.
6. Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
7. História do direito.
8. Conhecimento do direito e interdisciplinariedade.
9. Evolução ética do Estado de Direito.
10. Hermenêutica jurídica.

### **Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA**

**Projeto Estruturante:** Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

**Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa:** Observatório para qualidade da Lei

**Professores:** Fabiana de Menezes Soares

#### **Referências Temáticas:**

1. Legística Material e Legística Formal no quadro da efetivação dos direitos fundamentais
2. Produção do direito e circulação de modelos jurídicos na *Common Law* e na *Civil Law*
3. Avaliação Legislativa e conhecimento real do direito
4. Compreensão e comunicação da legislação no contexto da melhoria do círculo normativo
5. Legística e Hermenêutica
6. Fronteiras, perspectivas e desafios da Teoria da Legislação
7. Avaliação legislativa e a tecnologia da informação: participação e reconstrução de cenários de incidência normativa.
8. Legística e força vinculante: por uma ordem normativa mais persuasiva e menos coativa
9. O devido dever de publicidade oficial e a presunção de conhecimento da lei

### **Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA**

**Projeto Estruturante:** Novos Paradigmas do Direito Internacional

**Professor:** Roberto Luiz Silva

#### **Referências Temáticas:**

##### **MESTRADO:**

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Direito das organizações internacionais**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CASELLA, Paulo Borba. **Fundamentos do direito internacional pós-moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MENEZES, Wagner. **Ordem global e transnormatividade**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

##### **DOUTORADO:**

BUERGHENTAL, Thomas. MURPHY, Sean D. **Public international law in a nutshell**. St. Paul: Thomson West, 2006.

DREYFUS, Simone. **Droit des relations internationales: éléments de droit international public**. Paris: CUJAS, 1992.

JACKSON, John H. **Sovereignty, the WTO and changing fundamentals of international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HARRIS, David J. **Cases and materials on international law**. London: Sweet & Maxwell, 1998.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.